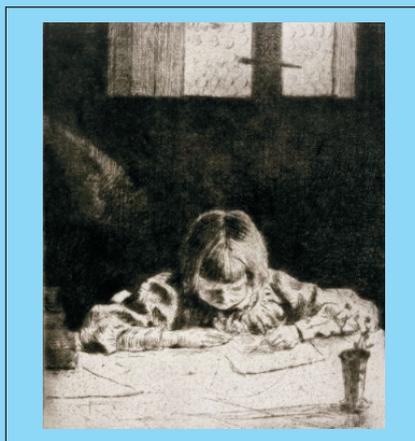
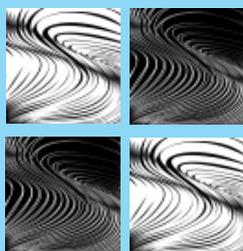
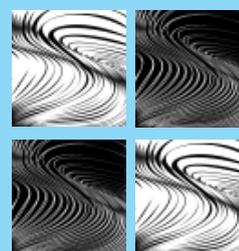


CORPOS ESCOLARIZÁVEIS:

ENTRE A CONFORMAÇÃO E A INSUBORDINAÇÃO

SIDMAR DOS SANTOS MEURER

*The Little Student - Julian Weir - 1890*

RESUMO: Pretende-se neste trabalho, a partir de uma perspectiva histórico-analítica preocupada com a tópica da cultura, problematizar a disposição e distribuição dos tempos e espaços de recreio no interior de uma forma muito característica de organização escolar: o modelo de escola graduada, que pode ser ensaiada no contexto paranaense a partir da virada do século XIX para o século XX. Mais precisamente ambiciona-se discutir sobre a pertinência da temática para o entendimento de uma cultura escolar característica que provisoriamente tem sido denominada conformadora, bem como alguns princípios metodológicos imprescindíveis à pesquisa em âmbito histórico, como, por exemplo, a busca, o trato e a utilização de fontes para o desenvolvimento de investigações acerca desse objeto de estudo. Conclui-se que somente a partir da interrogação obstinada das fontes é que se torna possível interpretar a imensidão de possibilidades que se revela na atuação do corpo, entre a conformação e a subversão, na apropriação e no uso desses tempos e espaços.

PALAVRAS-CHAVE: História da educação; Recreios; Arquivos e fontes históricas.

ABSTRACT: This research pretends, from a historic-analytical prospect worried with the culture theme, discuss the disposition and distribution of playtime times and spaces in the graduate school model, a very specific form of school organization: this kind of school appears in the Paraná state context in the passage of the 19th to the 20th century. Accurately, this research aims discuss about the aptness of this theme to the understanding of a specific scholar culture which has been so-called controlling practice, as well as some methodological principles necessities to realize a historical research, such as the search, the treat and the using of the sources to the investigation development about this object. It's possible to conclude that only with the obstinate examination of sources becomes possible to understand this immensity of possibilities whose are revealed in bodies actions, between the conformation and the subversion, in the appropriation and in these times and spaces uses.

KEYWORDS: Education history; Playtimes; Archives and historical sources.



1. INTRODUÇÃO

Tendo ultimamente me aproximado das questões pertinentes à pesquisa histórica em educação, e, particularmente pondo-me a investigar as relações que se estabeleceram ao longo do corpo – as práticas, as tensões, as restrições, etc. – a partir de uma forma muito característica de organização escolar que pode ser ensaiada no estado do Paraná a partir da virada do século XIX para o século XX: o modelo de escola graduada ou, se o leitor preferir, o modelo de grupos escolares; este trabalho se propõe a problematizar, a partir de uma nova perspectiva histórico-analítica mais preocupada com os aspectos da cultura, a disposição e distribuição dos tempos e espaços de recreio no interior dessa forma de organização escolar.¹

Mais precisamente pretendo aqui discutir sobre a pertinência da temática para o entendimento de uma cultura escolar característica que provisoriamente tem sido denominada conformadora, bem como alguns princípios metodológicos imprescindíveis à pesquisa em âmbito histórico, como, por exemplo, a busca, o trato e a utilização de fontes para o desenvolvimento de investigações acerca daquele objeto de estudo.

A reorganização do campo da história da educação, emulada a partir da influência de novas correntes historiográficas que em detrimento a uma perspectiva que tradicionalmente prestou tributos às esferas política e econômica, tem possibilitado uma proveitosa aproximação com o universo da cultura e incitado os pesquisadores da educação a reconhecer a incidência de uma *cultura escolar* que prescinde investigações. Na área de história da educação, o contato que esta estabeleceu com novas tradições narrativas, e, concomitantemente uma hesitação às análises essencialmente externalistas, possibilitaram uma apropriação

da noção de *cultura escolar*, não sem constrangimentos, hora como categoria de análise, hora como objeto de verificação.

Dessa apropriação estabelecida, cujo espólio ainda se revela bastante inacabado, talvez a maior virtude resida na possibilidade de re-assentamento da instituição escolar no centro da trajetória analítica. As investigações no âmbito da história da educação ganham novo estofamento quando da noção de escola como um local inerte, determinado à reprodução social, condicionado por agentes exclusivamente externos, passa-se a idéia de escola como local de invenção, animação, cooptação de modelos culturais, permeada, enfim, por conflitos. Esse movimento pode ser observável nas acepções que freqüentemente tem sido chamadas à baila para resolver a noção de cultura escolar nas propostas de programas para pesquisa histórica que privilegiam o aspecto da escola como local de produção e transmissão cultural. Dominique Julia sugere a noção de cultura escolar como objeto histórico:



Um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais

de escolarização [...]. Enfim, por cultura escolar é conveniente compreender também, quando isso é possível, as culturas infantis (no sentido antropológico do termo), que se desenvolvem nos pátios de recreio e o afastamento que apresentam em relação às culturas familiares (Julia, 2001, p. 10-11. Grifos do original).

Antonio Viñao Frago privilegia os aspectos organizativos que definem a escola como instituição característica, incluindo

[...] prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos – la historia cotidiana del hacer escolar –, objetos materiales – función, uso, distribución en espacio, materialidad física, simbología, introducción, transformación, desaparición... –, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir e hacer (Viñao Frago, 1995, p. 68-69).

Essas concepções, longe de serem eliminatórias ou excludentes — e que têm subsidiado um número considerável de produções na área de história da educação na última década — são denotativas de um escopo analítico que privilegia os aspectos que se desenvolvem internamente à escola, em detrimento dos processos que se desenvolvem externos a ela; ou, em última análise, os processos de transmissão cultural que se dão a partir da escola. Procura-se, a partir desse novo referencial analítico, contemplar os aspectos que diferenciam a instituição escolar das demais formas de organização social.

Contudo, ao destacar a escola como um “lugar específico e separado das outras práticas sociais” (Faria Filho et al., 2004, p.153), lugar da “aprendizagem das maneiras de exercício de poder” (idem, p.153), instituição “vinculada à formação de pessoas, à produção de indivíduos e de subjetividades” (Souza, 2000, p.5) através da prescrição de saberes formalizados, de condutas, cujo

processo de criação não lhe é totalmente estranho, se quer deixar claro que se trata de um agente que ocupa um “papel destacado na organização da cultura” (Oliveira, 2002), por produzir “efeitos duráveis de socialização”, mas que não é único, exclusivo dos processos de escolarização. Pelo contrário, os processos de produção e socialização de saberes agenciados pela escola, podem, como devem, atender demandas que certamente não cabem unicamente nos limites demográficos das instituições escolares.

Nesse sentido, procura-se tomar a noção de *cultura escolar* como uma produção institucional própria da organização escolar, mas cujos efeitos incidem irremediavelmente sobre a sociedade e a cultura. Ao propor a escola como uma instituição característica, que assume um lugar específico no percurso de organização da cultura, não se quer com isso apregoar o seu isolamento, o abandono das abordagens contextuais, de cunho político ou econômico, por exemplo. Pelo contrário, busca-se aproximar essas abordagens macropolíticas, economicistas, aos estudos que se voltam para o “interior das instituições escolares” (Faria Filho et al., 2004, p.144).

É tendo um horizonte marcado por uma perspectiva analítica que se volta pra o interior das instituições escolares, para o cotidiano do seu funcionamento, sem, no entanto, se abster das implicações das abordagens contextuais, dos processos de organização que lhes são externos, que venho pondo-me a cotejar os tempos e espaços de recreio no interior de um modelo de organização escolar específica que pode ser ensaiado no contexto paranaense nos anos iniciais do século XX, os grupos escolares. O período caracteriza-se principalmente por um debate educacional marcado pela predominância dos discursos modernizadores, cientificistas e alvissareiros, que localizam o corpo como um alvo



privilegiado de atuação nas instituições escolares, bem como um emblemático movimento de gerenciamento das práticas corporais e de conformação da corporalidade infantil, como um potencial expediente civilizador e regularizador de condutas.

2. TEMPOS ES ESPAÇOS DE RECREIO NOS GRUPOS ESCOLARES PARANAENSES

A adoção do modelo de grupos escolares no Paraná, a partir do início do século XX, representou, para além da afirmação de um novo modelo estrutural e organizacional, a configuração de uma nova cultura escolar. Uma cultura escolar gestada para se fazer apartada da casa e “separada da rua”, lugar da “marginalidade e do vício” (Vago, 2002, p.14). A organização dos grupos escolares no centro de um movimento de consolidação e afirmação republicana pode ser vista como uma estratégia a fim de dar visibilidade imediata à ordem escolar – e também social – que se queria instituir.

Nesse sentido, inúmeras estratégias convergiram a fim de estruturar dispositivos conformadores afinados ao ideal de formar o novo homem, o cidadão republicano. A começar por um minucioso projeto arquitetônico, “balizado por teorias higienistas já consagradas na Europa” que contemplassem, na construção dos prédios escolares específicos e necessários para o novo modelo educacional que se ensaiava, condições estruturais que possibilitassem o aproveitamento dos programas de ensino, a estruturação e distribuição dos espaços e os tempos destinados à aplicação dos “saberes autorizados” e obedientes aos “preceitos higiênicos e aos valores morais preconizados” (Vago, 2002, p.15). Para Souza (1998, p.16) a implantação dos grupos escolares significou, acima de tudo, uma organização mais complexa, que compreendeu os modernos

princípios da “racionalidade científica e da divisão do trabalho” pedagógico, e, conferiu ao ensino um aspecto “mais homogêneo, padronizado e uniforme”, através da “classificação dos alunos”, do “estabelecimento de um plano de estudos” e da “determinação da jornada escolar”.

A suntuosidade e a visibilidade que se faziam presentes nas edificações que se erguiam destinados a abrigar os grupos escolares, ou mesmo nos palacetes que se serviam a este fim, articulam-se à práticas e discursos que intentam solenizar, evidenciar, monumentalizar o novo modelo organizacional de escola primária, a fim de interpelá-lo em cada sujeito e, desde modo, efetivá-lo como um potencial divulgador dos valores civilizadores que se queria firmar.

É em meio a essa nova organização escolar que serão delimitados tempos e espaços escolares específicos, com características e funções também específicas, mas que se articulam entre eles e aos demais aspectos contemplados pelos programas de ensino, em um plano maior com feições conformadoras.

Tentar situar esses tempos e espaços nesse projeto que se esboçava, estudar os seus usos e apropriações, torna-se, desde modo, uma forma muito profícua de tatear essa eminente cultura escolar que se desenhava, de acessar alguns dos “dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas” (Vago, 2002, p.24). Rosa Fátima de Souza (1998, p.19) sugere que “a distribuição do tempo e do espaço escolares, a organização dos programas e as práticas”, tornam-se elementos “imprescindíveis para se compreender a construção social e cultural” dessas instituições escolares.

Muitos autores que se debruçam sobre a história da educação já apontaram a fecundidade de possibilidades que se revela no estudo dos tempos e espaços escolares. Eles afetam o ser humano em cheio, “em sua própria consciência interior, em todos os seus



pensamentos e atividades, de modo individual, coletivo e como espécie em relação com a natureza da parte que a forma. Conformam sua mente e suas ações. Conformam e são conformadas, por sua vez, pelas instituições educativas” (Viñao, 1995, p.69).

A necessidade higiênica, apregoada pelos preceitos da moderna pedagogia, de combate ao *surmenage*, a estafa mental produzida pelas demais práticas, sobretudo as de cunho intelectual, legitimou a estruturação do tempo de recreio. Para a sua prática também se colocou a necessidade da estruturação de um espaço específico, condizente com a sua natureza regeneradora, portanto, asséptico, higiênico, moralizador. Tentar compreender como se evidenciavam e se planejavam esses tempos e espaços característicos e de que forma articulavam-se ao projeto escolar que se instituiu no território paranaense no início do século XX, torna-se, deste modo, um percurso privilegiado e ainda muito pouco explorado pelos historiadores da educação no intuito de tatear uma cultura escolar que começava a se desenhar.

No entanto, nos alerta Vago (2002, p.18-9), é preciso considerar que as estratégias de conformação são “recebidas e apropriadas de forma singular e diferenciada pelos atores sociais envolvidos – os usos não previstos que fazem desses ordenamentos”.

Assim, não basta apenas localizar a forma com que se organizava e se planejava os tempos e espaços de recreio no interior desse projeto escolar conformador, mas, também tentar compreender como eles realmente se efetivavam, como eram apropriados pelos diversos atores envolvidos na sua realização, quais os usos que se faziam deles, são questões cujo tratamento torna-se imprescindível numa proposta de investigação sobre a temática.

3. FONTES PARA O ESTUDO DOS TEMPOS E ESPAÇOS DE RECREIO

As fontes são indubitavelmente o marco característico da produção do conhecimento histórico. É a partir delas que se torna possível ao historiador tecer a sua narrativa histórica. Conforme Ragazzini (2001, p.14), as “fontes são elementos constituintes do caráter e da qualidade da pesquisa, além de portarem a identidade e autocompreensão da pesquisa histórica”. Deste modo, deslocar o foco de análise dos aspectos externos em direção ao interior das instituições escolares, requer, também, um redimensionamento da prática de eleição e catalogação de fontes para o desenvolvimento dos estudos educativos na perspectiva histórica. Para Faria Filho et al. (2004), as dificuldades inerentes às pesquisas educacionais assentadas sob a insígnia da cultura, uma vez que os traços deixados pelas práticas culturais não costumam expor-se aprioristicamente, prescindem do historiador um incomodar-se diante da dureza que se revela na análise dos textos legais e um esforço no sentido de ampliar e diversificar o conjunto de fontes por ele contemplado durante o decurso da sua investigação.

Nesse sentido, além do peso que assume as fontes *para a escola*: os ordenamentos legais, a legislação específica, as normatizações que incidem sobre a escola mais que são produzidas fora dela; acentua-se a cátedra das fontes *da escola*², procedentes do seu funcionamento: “aquelas que provém diretamente das práticas escolares” (Ragazzini, 2001, p.19), por abrigarem os conflitos, as tensões, as indeterminações, enfim, “as mudanças no interior das mais diversas unidades escolares” (Oliveira et al., 2003, p.146).

Tratando especificamente dos recreios – prática tão polissêmica, repleta de ambigüidades e conflitos e por isso tão



desafiadora – a necessidade de ampliação e diversificação da massa documental assume especial importância. A infinidade de práticas que o termo contemplou, desde a prescrição de exercícios físicos a partir dos tradicionais métodos ginásticos, até o brincar livremente nos pátios e entornos da escola, denota a necessidade de relativizar o uso das fontes procedentes de única instância (os ordenamentos e as prescrições legais), em favor da complexidade e diversidade das fontes provenientes do fazer-se no cotidiano do funcionamento escolar.

Nesse sentido, a problematização da coleção “Correspondência do Governo”, constituinte do acervo do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (DEAP), têm se mostrado um itinerário privilegiado a fim de cotejar o objeto de investigação que venho propondo. Organizados em um total de 2.379 volumes encadernados (APs), a coleção caracteriza-se pela diversidade e pela riqueza das suas fontes. A partir do contato que mantive com esta coleção, foi possível a localização e a catalogação de um promissor conjunto documental constituído por relatórios, ofícios, requerimentos, mapas escolares, plantas, atas de exames, pareceres, termos de visitas, cartas, etc.; produzidas pelos mais diversificados agentes envolvidos no processo de escolarização como professores, diretores, inspetores, secretários, funcionários de vários escalões do governo, pais de alunos, etc.; e provenientes das mais diferentes instâncias administrativas: instituições escolares, inspetorias, diretorias, secretarias, etc. Confrontando toda essa massa documental a uma historiografia que toca a temática, bem como a fontes extraídas junto a outras coleções ou mesmo em outros acervos, tem-se um conjunto muito vasto de indícios para o aprimoramento das investigações acerca de como eram pensados os tempos e espaços de recreio no interior dos grupos escolares, como eram apropriados

pelos mais diversos agentes envolvidos na sua efetivação, e, principalmente, quais as suas implicações sobre as manifestações corporais e a corporalidade dos escolarizáveis.

Apenas a título de ensaio, a aproximação às fontes provenientes da coleção “Correspondência do Governo” me permitiu problematizar a importância e as expectativas atribuídas à prática regular dos recreios. Em relatório de 12 de dezembro de 1908, a professora normalista Josephina Carmem Rocha transmite ao então diretor geral da instrução pública paranaense, senhor Arthur Pedreira de Cerqueira, as expectativas regeneradoras que deveriam cumprir os recreios, bem como as preocupações higiênicas que procurava observar na efetivação da sua prática:

Achando-se o predio no centro do terreno conservo ajardinada a frente, reservando as partes lateraes e dos fundos para recreio dos alumnos que assim se entregam livremente aos diversos movimentos necessarios para extinguir a fadiga de estar sentado muito tempo, e, ao mesmo tempo aproveitaveis ao desenvolvimento exclusivo de uma parte traz como consequencia fatal o aniquilamento de outra.



Ao mesmo tempo, me permitem tencionar as diversas formas com que essas expectativas eram apropriadas principalmente pelos escolarizáveis, e as implicações para o funcionamento e a dinâmica escolar, como sugere o relatório do professor Lourenço S. De Souza, remetido também ao diretor geral da instrução pública.



© Howard Schatz

Julgo de grande necessidade a permanência de um zelador no grupo, a fim de se conseguir a manutenção do silêncio e ordem no estabelecimento durante o tempo destinado aos recreios, que não é o mesmo para todas as escolas, resultando daí perturbações ao funcionamento das aulas.

Como sugere Vago (2002), a prática de recreio poderia desempenhar uma função importante no processo de escolarização infantil, sobretudo no gerenciamento das formas de manifestação corporal, mas, ao mesmo tempo poderia representar uma oportunidade de insubordinação a racionalidade dessa ordem escolar, na medida que as crianças encontravam nos usos dos tempos e espaços de recreação, a partir do distanciamento dos engendramentos de poder, oportunidades de lançar estratégias a fim de burlar a vigilância disciplinadora. Não obstante, a elaboração desse quadro hipotético prescinde a recorrência à análise mais apurada dos vestígios dessas práticas. Somente a partir da interrogação obstinada das fontes é que se torna possível interpretar essa imensidão de possibilidades que se revela na atuação do corpo entre a conformação e a subversão.

T & M

Texto recebido em maio de 2005.
Aprovado para publicação em julho de 2005.

4. SOBRE O AUTOR

Sidmar dos Santos Meurer é Graduando em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista do Programa PIBIC/CNPq. Endereço eletrônico: sid_meurer@ufpr.br.

5. NOTAS

1. O presente trabalho é decorrente de um pré-projeto de pesquisa monográfica de conclusão de curso e está vinculado ao projeto *Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias para o estudo histórico das práticas corporais escolares e da constituição da Educação Física escolar no Estado do Paraná (1846 – 1939)*, desenvolvido na UFPR há quatro anos, sob a coordenação do Prof. Dr. Marcus Aurélio Taborda de Oliveira. Este é um projeto de pesquisa histórica que vem localizando e catalogando fontes para o estudo histórico das práticas corporais escolares e da constituição da Educação Física escolar no Estado do Paraná no período proposto. Embora as idéias e interpretações aqui expressas sejam exclusivamente de responsabilidade do autor deste trabalho, os pontos aqui discutidos incorporam as contribuições de todos os membros da equipe de pesquisa, a saber: Henrique Witoslawski, graduando do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História – UFPR e bolsista PIBIC/CNPq; Valdirene Furtado, graduanda do Curso de Licenciatura em Educação Física – UFPR; Lúcia Chueire Lopes, graduanda do Curso de Licenciatura e Bacharelado em História - UFPR; Lausane Correa Pykosz, mestranda em Educação – UFPR e bolsista CNPq; Diogo Rodrigues Puchta, mestrando em Educação – UFPR; Sergio Roberto Chaves Junior, mestre em Educação pela UFPR e professor do Departamento de Educação Física da UFPR. O sub-projeto “Transformações nos padrões de manifestação e controle corporais na escola elementar paranaense na passagem do modelo doméstico para o modelo graduado (1882 – 1920)” conta com financiamento da Fundação Araucária e do CNPq.

2. A distinção entre fontes *da* história e *para* a história da escola e da educação — bem como os diferentes níveis de “pesos probatórios” que elas assumem em diferentes pesquisas — é desenvolvida por Dario Ragazzini (2001).





6. REFERÊNCIAS

DEAP/PR. Coleção Correspondência do Governo: Offícios 1908; v.28, AP.1313, 1908, p.131-133. Relatório apresentado pelo professor da 3ª Cadeira para o sexo masculino da Capital, Lourenço S. De Souza, ao Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira.

DEAP/PR. Coleção Correspondência do Governo: Offícios 1908; v.28, AP.1323, 1908, p.103-108. Relatório apresentado pela professora da 1ª Cadeira Promiscua da Capital, Josephina Carmem Rocha, ao Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Arthur Pedreira de Cerqueira.

FARIA FILHO, L. M. et al. “A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira”. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo - v. 30 - n.1 - p.139-159 - 2004.

JULIA, D. “A cultura escolar como objeto histórico”. *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas - n.1 - p. 09-43 - 2001.

RAGAZZINI, D. “Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?” *Educar em Revista*. Curitiba - Editora da UFPR - n. 18 - p. 13-28, 2001.

SOUZA, R.F. *Templos de civilização: a implantação da Escola Graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

—. “Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar”. In: CUNHA, M. V. (Org.) *Ideário e imagens da educação escolar*. Campinas: Autores Associados; Araraquara: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000.

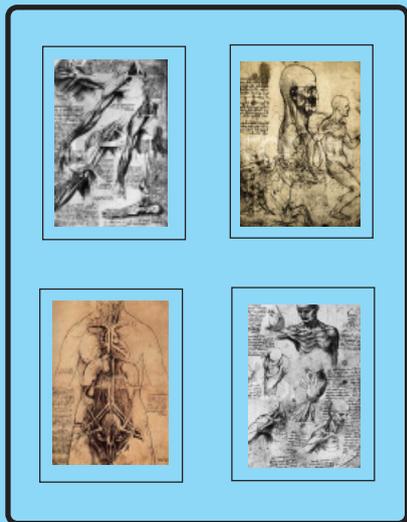
OLIVEIRA, M. A. T. “O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa histórica em educação”. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2. *Anais...* Natal, UFRN, 2002.

OLIVEIRA, M. A. T. et al. “Fontes para o estudo histórico das práticas corporais escolares e da constituição da educação física escolar no Estado do Paraná”. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas - v. 25 - n.1 - p.145-158 - set. 2003.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar e cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VIÑAO FRAGO, A. “Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones”. *Revista Brasileira de Educação*. Anped - São Paulo - n.0 - p. 63-82 - set./dez. 1995.





Studi Anatomici - Leonardo da Vinci - 1500-1507

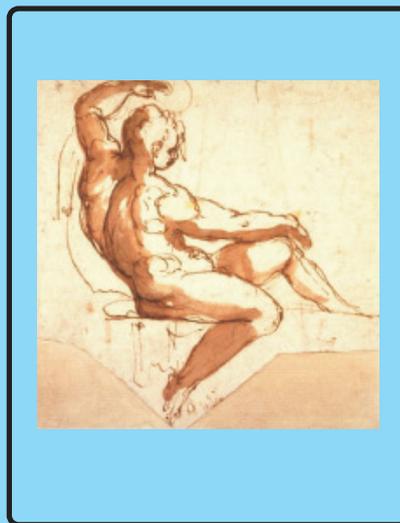


Figura Maschia - Giovanni Paggi - 1614-1618



Francesca da Rimini - Ary Scheter - 1835



Nude - Henri Matisse - 1934

Temas & Matizes é uma publicação de caráter técnico-científico editada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná — Unioeste. A Revista publica semestralmente textos ilustrados com a participação de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior. Temas & Matizes tem como proposta a reunião de textos a partir de núcleos temáticos da área de Ciências Humanas, com destaque para as áreas de Ciência Política, História, Filosofia e Literatura.

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PUBLICAÇÃO

SELEÇÃO DE TEXTOS

Os pleitos de publicação encaminhados ao Conselho Editorial da Revista, em nome do editor, passam por um processo interno de seleção. Após serem avaliadas, tendo por parâmetros critérios de relevância teórica e interesse temático, as matérias são submetidas a um relatório crítico de um dos membros do Conselho Editorial com formação próxima à área do objeto retratado, que julga a pertinência do envio aos pareceristas do Conselho Consultivo.

Cada matéria, se aprovada internamente, é submetida ao juízo de três membros do Conselho Consultivo. Em caso de dois pareceres favoráveis, a matéria é aprovada para publicação. Em caso de dois pareceres desfavoráveis, a matéria é recusada. Cabe ao Conselho Editorial, em sintonia com os pareceristas internos e externos, aceitar na íntegra, recusar ou propor reformulações nos pleitos de publicação.

RECOMENDAÇÕES PARA O ENVIO DE PROPOSTAS DE PUBLICAÇÃO

1. Temas & Matizes publica apenas textos inéditos.
2. Artigos e ensaios deverão trazer pequeno resumo anexado de no máximo 200 (duzentas) palavras em português e inglês, com a indicação de, no máximo, quatro palavras-chave sobre o tema abordado. Os autores farão constar vínculo institucional, titulação, endereço, telefone e endereço eletrônico para contato.
3. As propostas de publicação de artigos deverão ser remetidas em três vias, acompanhadas de cópia eletrônica que reflita fielmente a versão impressa.
4. O limite máximo do texto será de 15 (quinze) páginas — papel A4, fonte *Times New Roman*, tamanho 12, entrelinha dupla, margens 3x2; 3x2—, editado no programa *Word for Windows* ou compatível.
5. Os autores deverão propor textos com número reduzido de citações; notas bibliográficas só serão aceitas em pequeno número, observando-se padrões reconhecidos pela comunidade científica.
6. O sistema de citação adotado é o sistema autor-data. Exemplo: (Fulano de Tal, 1996, p. 54).